



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

---

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

---

2º Trimestre/2021

## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 154/96 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do 2º Trimestre de 2021, deste Tribunal de Contas de Rondônia – TCE-RO, com os resultados alcançados no período.

Esta Corte, no âmbito de sua jurisdição, fundada no seu papel constitucional, que lhe garante os atributos da independência e autonomia, tem a missão de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, de orientar jurisdicionados e de bem informar a sociedade. Por isso teve o zelo de detalhar as informações deste relatório, de modo a demonstrar a essa Assembleia Legislativa todas as etapas da gestão desta Corte de Contas para aferição dos resultados, possibilitando ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, o conhecimento e os meios para verificar onde e como estão sendo aplicados os recursos públicos.

Conselheiro PAULO CURI NETO

Presidente do TCE-RO

# SUMÁRIO

1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA .....	5
2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL .....	5
3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO.....	8
3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS .....	9
3.1.1 Auditorias e Inspeções.....	9
3.1.2 Contratações Públicas Fiscalizadas.....	10
3.1.3 Problemas Enfrentados pelo TCERO nas fiscalizações.....	12
3.1.4 Processos e Decisões.....	18
3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos .....	18
3.1.6 Processos – Quantidade por Categoria.....	19
3.1.7 Processos – Histograma 2017 a 2021.....	20
3.1.8 Processos – Estágio .....	21
3.1.9 Atos de Pessoal.....	22
3.1.10 Quantidade de Decisões Colegiadas .....	22
3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS.....	24
3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS.....	25
3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO) .....	26
3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL.....	26
3.4.1 Ouvidoria do TCE-RO .....	26
3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS .....	28
3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	29
4 – GOVERNANÇA E GESTÃO .....	30
4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS.....	30
4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	31
4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO .....	31
4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....	33
4.4.1 Gestão de Pessoas.....	33
4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros .....	34

## TCE EM NÚMEROS



## 1 – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, instituído em 1983, como dispõe o Decreto-Lei nº 47, é Órgão integrante do Controle Externo, competindo-lhe as funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

A Constituição do Estado de Rondônia de 1989 estabelece que o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, ou seja, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, que é Órgão independente, autônomo e de competências exclusivas, contando, ainda, com o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para execução desse controle externo.

O TCE-RO tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros: toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênera.

O universo regular de jurisdicionados do TCE-RO compreende poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, economia mista e fundos jurisdicionados.



Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo.

## 2 – RESULTADOS DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

O objetivo central deste capítulo é apresentar objetivamente os resultados do TCE no 2º trimestre na execução do novo Planejamento Estratégico estratégia organizacional 2021-2028.

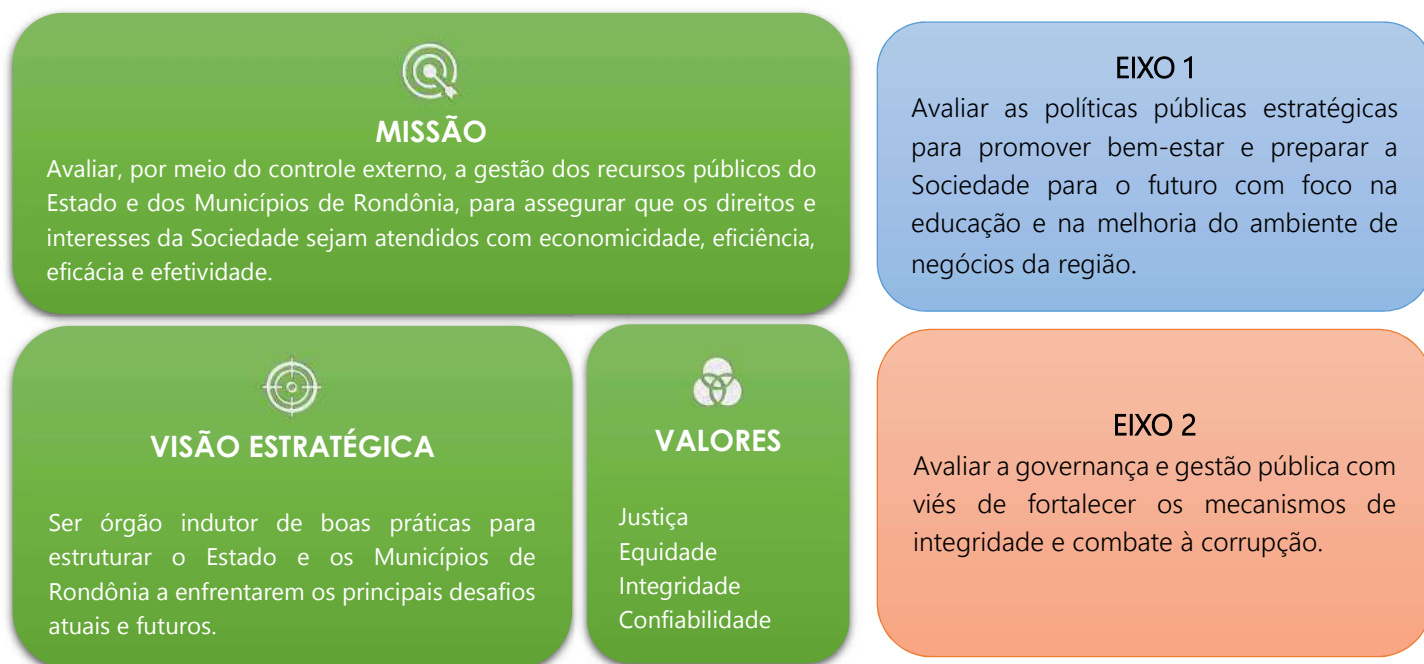
Serão abordados projetos e iniciativas anuais que foram implementados neste recorte trimestral para o alcance de metas de performance.

## Aprovação do Novo Plano Estratégico

O Tribunal encerrou o plano estratégico 2016-2020 com muitas conquistas alcançadas. O equacionamento do estoque de processos, a busca pela transformação digital dos serviços e a construção da nova sistemática de gestão de resultados baseada em competências modernizaram a gestão organizacional.

Como em todo o processo, encerra-se um ciclo e inicia outro. O novo planejamento estratégico foi aprovado por meio do Acórdão ACSA-TC 00005/21, em 31 de março de 2021, para orientar ações institucionais no horizonte de 8 anos (2021-2028).

Nesta nova fase, o Tribunal reorienta a estratégia para apoiar o setor público a enfrentarem os principais desafios atuais e futuros que afetam o bem-estar dos cidadãos rondonienses. Queremos fortalecer nosso papel de defesa da integridade na gestão de recursos públicos e disseminar a adoção de boas práticas para a resolução de problemas estruturais da administração pública com o potencial de aperfeiçoar as entregas de serviços aos cidadãos.



O portfólio de fiscalizações e ações institucionais previstos para o presente ciclo anual de planejamento, iniciado em 31.03.2021, foi aprovado na Portaria n. 10/2021 (Doe TCERO n. 2385).

### Programa de Apoio à Gestão Municipal pela Alfabetização na Idade Certa

Nesse viés, está sendo perseguido o Objetivo Estratégico *Avaliação da Política de Alfabetização na Idade Certa*, cujas ações estão sendo adotadas por meio do Programa de Apoio à Gestão Municipal pela Alfabetização na Idade Certa, destacadas na sequência.

## Formação inicial e formação de formadores

Com a proposta de apresentar soluções para atuar sobre as principais causas que afetam o alcance das metas de alfabetização na idade certa pelas redes municipais, o Tribunal de Contas deu início ao projeto-piloto de apoio à rede municipal de Porto Velho no aprimoramento da política de formação continuada de professores alfabetizadores e equipe gestora da rede, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da capital e com o apoio da Escola de Contas e de uma equipe de consultores especialistas contratados.

O propósito da formação é construir e disseminar, na rede parceira, práticas para promover a alfabetização plena dos estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, segundo os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular.

Na primeira etapa do projeto de formação, ocorreram o módulo de formação inicial e de formação de formadores, nos meses de junho e julho. O resultado desejado consiste em preparar técnicos e supervisores da rede para o início da implementação do Programa Alfabetiza em agosto com todos os professores e alunos da rede municipal. Os encontros – desenhados para proporcionar apropriação, aperfeiçoamento e construção de conhecimentos teóricos e práticos em alfabetização – alcançaram 130 supervisores das escolas municipais e 47 técnicos formadores.

Nas próximas etapas, serão iniciados os eventos formativos mensais para a formação continuada dos professores alfabetizadores da rede e gestores em educação. A formação dos professores com o suporte desses profissionais já formados acontecerá a partir de agosto e segue até dezembro de 2021. As formações serão conduzidas pela professora Doutora Suely Amaral, referência nacional em alfabetização, e pela professora Mestra Rita Paulon, educadora que possui mais de 20 anos de experiência em projetos na área de educação.

Ações realizadas	Resultados alcançados	Próximas etapas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Módulo de Formação Inicial</li><li>• Módulo de Formação de Formadores</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aperfeiçoamento de 130 supervisores das escolas municipais</li><li>• Aperfeiçoamento de 47 técnicos formadores</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Eventos formativos mensais para a formação continuada dos professores</li></ul>

## Cooperação técnica para melhoria do Programa Alfabetiza Porto Velho

O plano de mudança construído enfrentar os baixos índices de alfabetização na idade certa em Rondônia pressupõe que a gestão da aprendizagem deve ser orientada por metas de aprendizado e uma sistemática de acompanhamento e avaliação dos resultados.

O Tribunal de Contas coordenou equipe de consultores especialistas para identificar oportunidades de melhoria e apresentar recomendações para a melhoria da política vigente de alfabetização da capital: o Programa Alfabetiza Porto Velho. O objetivo desta cooperação técnica é oferecer insumos técnicos para a rede atualizar, ampliar e complementar o desenho da política de alfabetização.

Por meio de intenso diálogo e atuação conjunta com equipe gestora e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, ao longo de 2º trimestre, foi proposta uma atualização dos componentes estruturantes da política para fortalecer a gestão por resultados de aprendizagem. Como resultado da revisão da política, houve a definição clara e objetiva das metas e indicadores específicos de alfabetização com vistas a nortear o trabalho diário dos professores alfabetizadores e demais profissionais da rede: alfabetizar 85% dos alunos até o final do 1º ano do ensino fundamental e 100% dos alunos até o final do 2º ano.

A partir de agosto, o Programa Alfabetiza Porto Velho, com suas atualizações, começará a ser implementado junto a todas as 111 escolas municipais e demandará a execução sistemática de ações pedagógicas e de gestão. A execução da política envolverá 1.062 professores e seus impactos alcançarão 16.741 alunos. Para assegurar o alinhamento das ações dos profissionais envolvidos na implementação da política com as metas pactuadas com a rede, foi desenvolvido um modelo de acompanhamento sistemático de rotinas pedagógicas e equipes gestoras.

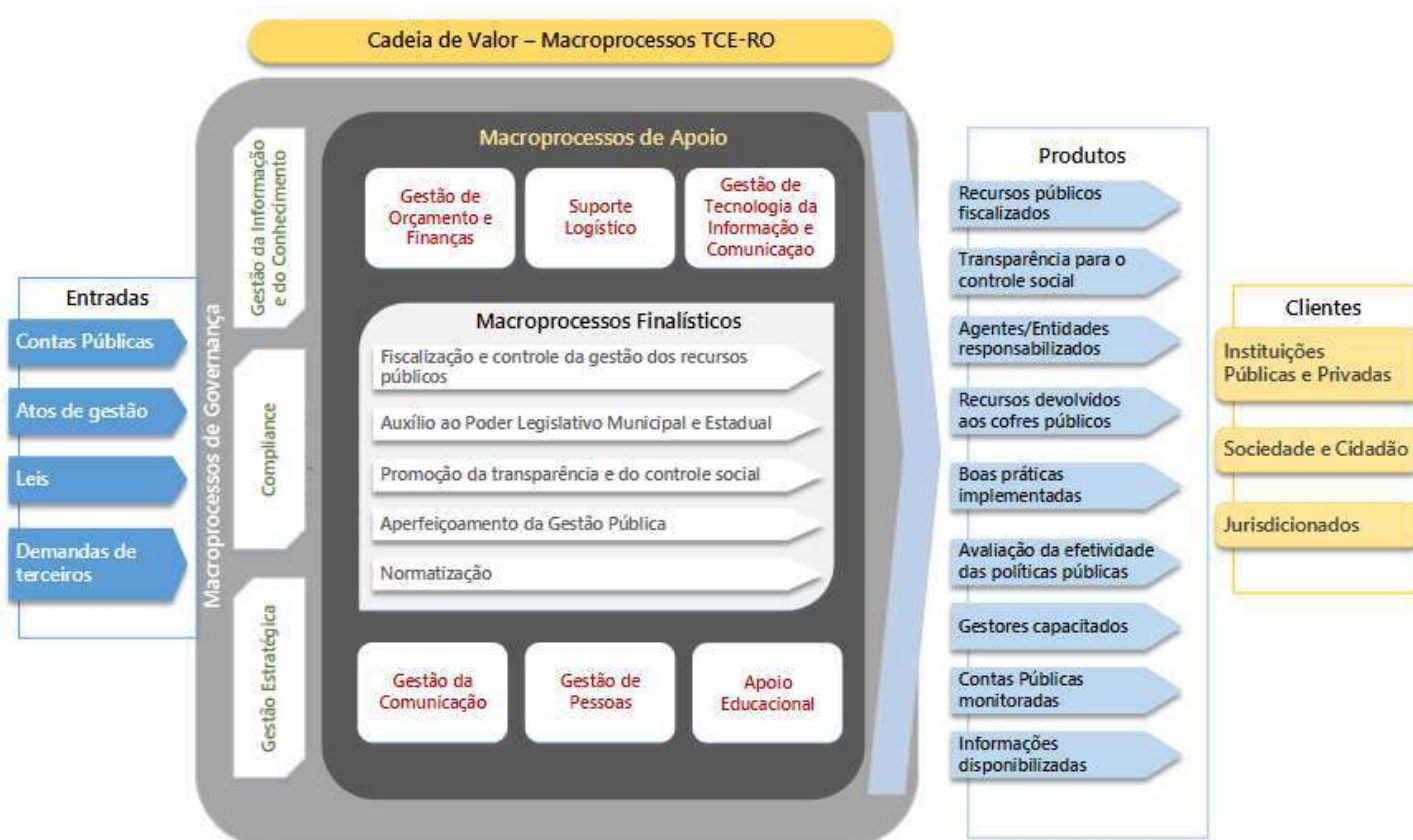
A cooperação técnica inclui o apoio do Tribunal na execução da política por meio dos eventos formativos e orientação técnica aos gestores por meio de especialistas em educação.

Ações realizadas	Resultados alcançados	Próximas etapas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proposta de atualização dos componentes estruturantes da política de alfabetização para fortalecer a gestão por resultados de aprendizagem.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição das metas e indicadores específicos de alfabetização com vistas a nortear o trabalho diário dos professores alfabetizadores e demais profissionais da rede.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação do Programa Alfabetiza Porto Velho em todas as 111 escolas municipais.</li></ul>

### 3 – RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses objetivos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar valor aos seus clientes, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais, uma vez que a dinâmica organizacional (entradas, macroprocessos distinguidos em suas classes, produtos e clientes) encontra-se devidamente reconhecida.



Cadeia de Valor do TCE-RO

A seguir, a partir dos produtos identificados na cadeia de valor, tem-se a exposição dos resultados obtidos por meio das ações de controle praticadas por este Tribunal.



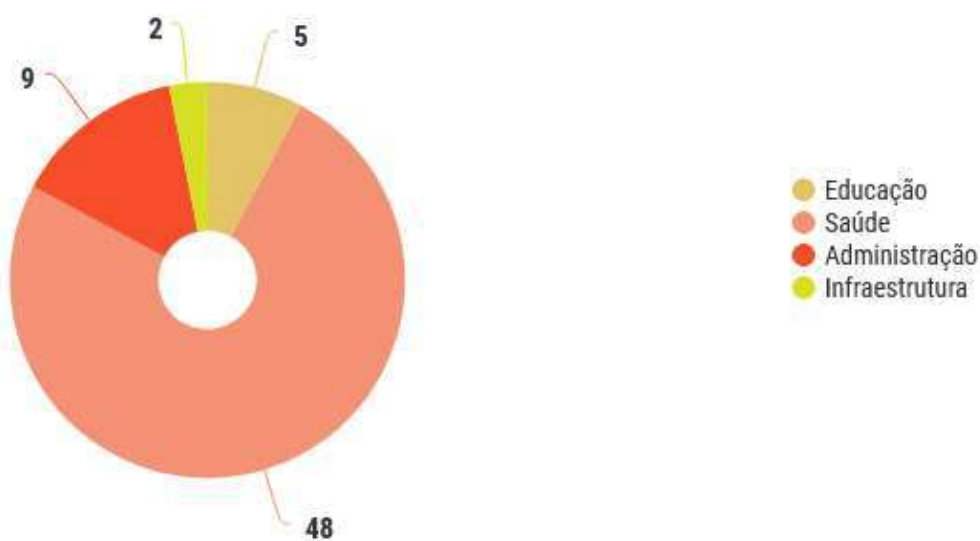
### 3.1 RECURSOS PÚBLICOS FISCALIZADOS

O Tribunal de Contas, para desempenhar sua função de fiscalizar a gestão dos recursos públicos, utiliza-se de inúmeras técnicas e ferramentas de análise. Neste tópico estão destacadas as principais informações relacionadas às atividades de fiscalização (quantidade de trabalhos encerrados, áreas de fiscalização, recursos abrangidos) e, ainda, os detalhes (problema alvo da fiscalização, itens de análise e benefícios gerados à Sociedade) dos principais trabalhos desenvolvidos no período.

#### 3.1.1 Auditorias e Inspeções

No 2º trimestre foram programadas 277 auditorias e inspeções. Desse total, 213 foram concluídas no período. Na sequência, são demonstrados os quantitativos de fiscalizações encerradas, por área.

**Fiscalizações Encerradas - Por Área**



O volume de recursos fiscalizados no 2º Trimestre perfaz o montante de R\$ 393.789.333,40 (trezentos e noventa e três milhões, setecentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos), distribuídos por área temática conforme demonstrado abaixo.

## Valor de Recursos Fiscalizados - Por Área




 **Saúde**  
R\$ 47.562.761,07

 **Educação**  
R\$ 1.485.529,69

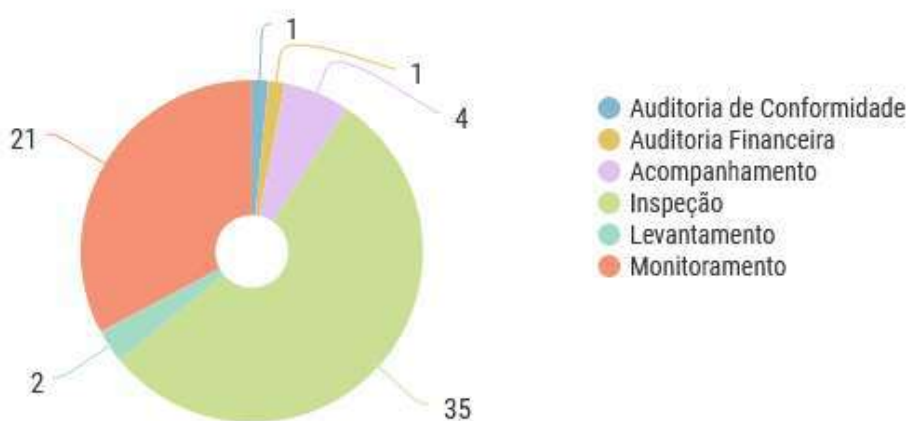
 **Infraestrutura**  
R\$ 3.744.000,00

 **Administração**  
R\$ 340.997.042,64

No período, inspeção foi a técnica mais utilizada para realização de fiscalizações pelo Tribunal de Contas de Rondônia.

	<b>ACOMPANHAMENTO</b>
Verifica, ao longo de um determinado período, a legalidade ou o desempenho da gestão dos recursos públicos.	
	<b>MONITORAMENTO</b>
Verifica se as determinações e recomendações do TCE-RO são cumpridas	
	<b>INSPEÇÃO</b>
Verifica informações para subsidiar denúncias ou instruir fiscalizações não programadas.	

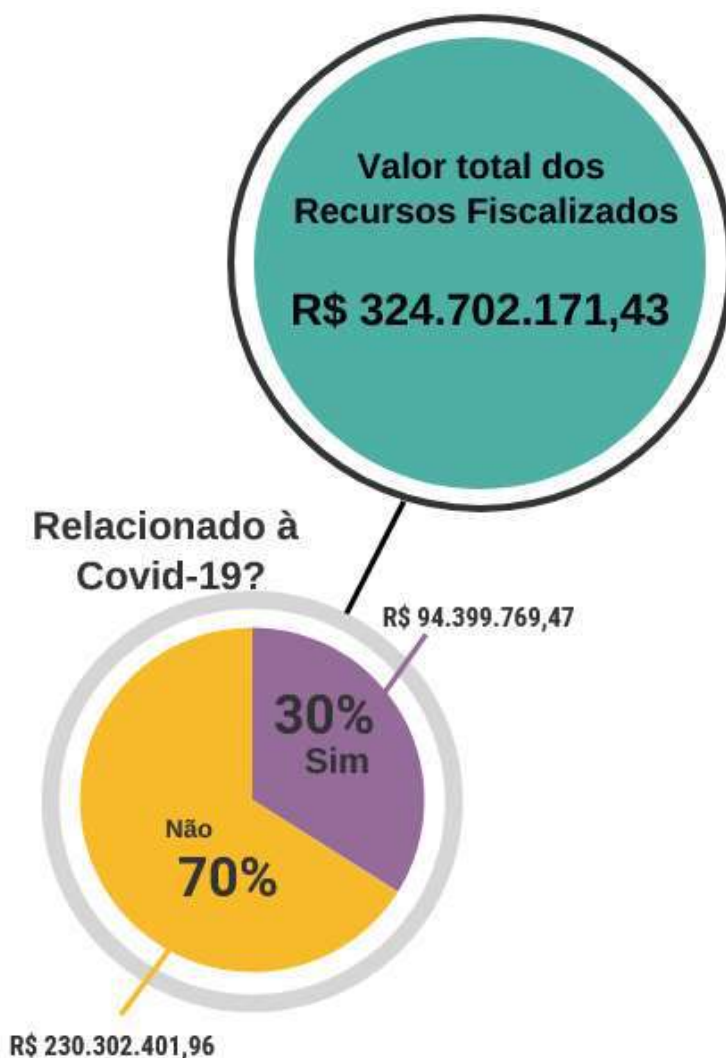
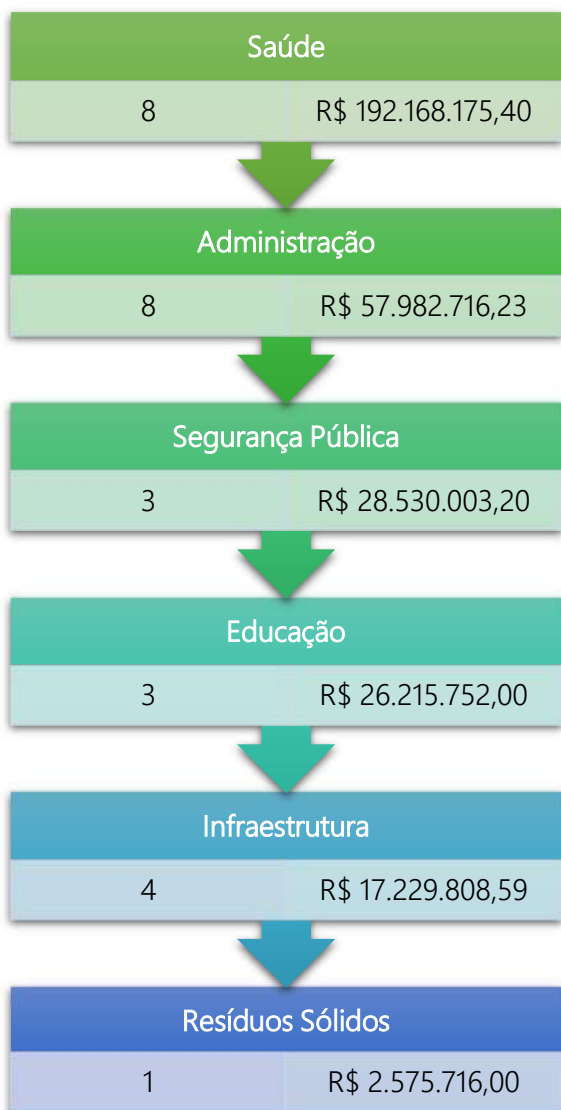
### Fiscalizações Encerradas - Por Tipo



### 3.1.2 Contratações Públicas Fiscalizadas

As contratações avaliadas pelo controle externo no 2º trimestre representaram um volume de recursos fiscalizados de R\$ 324.702.171,43 (trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e dois mil, cento e setenta e um reais e quarenta e três centavos), em um total de 27 processos. Dentre essas fiscalizações, 8 processos são relacionados ao enfrentamento da Covid-19, conforme segue demonstrado.

Os quantitativos e valores dos recursos fiscalizados nessas contratações, por área, estão relacionados na tabela na sequência:



### 3.1.3 Problemas Enfrentados pelo TCE-RO nas fiscalizações

Os problemas enfrentados nas fiscalizações e os benefícios esperados com a intervenção do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria-Geral de Controle Externo, estão elencados, resumidamente, na sequência.

#### Saúde



##### Problema:

Riscos de contratações irregulares por meio de dispensa de licitações relacionadas à COVID-19.



##### Objetivo:

Realizar testes e verificações em procedimentos de contratações relacionadas à covid-19, visando avaliar a regularidade das contratações.



##### Itens de Verificação:

- Selecionar procedimentos de contratação realizados por dispensa com critérios de riscos;
- Realizar exame documental do procedimento selecionado;
- Aplicar exame de critérios de análise das fases internas e externas do procedimento;
- Avaliar a descrição do objeto, quanto a clareza e suficiência;
- Examinar as justificativas de preço e planilhas de formação de preço;
- Verificar a capacidade técnico-operacional e econômico-financeira da empresa selecionada.



##### Benefícios Esperados:

- Impedir contratação com irregularidades insanáveis;
- Possibilitar a administração pública municipal promova regularização do procedimento de contratação;
- Evitar a ocorrência de dano ao erário (R\$37.656.000,00) pela ocorrência de contratação com vícios insanáveis;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.



#### Problema:

Ante o início da operacionalização do Plano Nacional de Imunização da Covid-19, identificamos como relevante, naquele momento, acompanhar a obediência à ordem cronológica na aplicação das vacinas da COVID-19 a partir do quantitativo recebido pelo Governo de Rondônia.



#### Objetivo:

Avaliar os meios em que os municípios evidenciem a execução adequada do plano de vacinação, bem como a observância à ordem cronológica na aplicação das vacinas da COVID-19.



#### Itens de Verificação:

- Existência de informações mínimas de divulgação e transparência de execução do plano de imunização, com informações dos grupos prioritários;
- Disponibilizar informações dos quantitativos e doses por lote recebidos pelo governo do estado e distribuídos aos municípios;
- Identificar a existência de controles estabelecidos para mitigar riscos de imunização de pessoas que não estejam no rol de grupos prioritários.



#### Benefícios Esperados:

- Regular execução do Plano de Imunização da Covid-19;
- Ampliar a transparência da execução do Plano de Imunização da Covid-19;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.



#### Problema:

Ante a falta de vacinas disponíveis para aquisição em âmbito mundial, é que há riscos relacionados ao procedimento de aquisição de vacinas para combater à pandemia, pelos entes municipais.



#### Objetivo:

Realizar testes e verificações em procedimentos de aquisição de vacinas da covid-19, visando avaliar a regularidade da contratação.



#### Itens de Verificação:

- Coletar informações a respeito da contratação;
- Realizar verificações in loco dos atos praticados visando a aquisição;
- Examinar a documentação relativa a aquisição de vacinas, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Identificar se houve pagamentos antecipados para garantir a entrega do produto a ser fornecido;
- Avaliar procedimentos e controles adotados pelo ente para garantir a idoneidade do fornecedor e da entrega dos produtos.



#### Benefícios Esperados:

- Regular execução do Plano de Imunização da Covid-19;
- Impedir contratação com irregularidades insanáveis;
- Evitar a ocorrência de dano ao erário (R\$ 20.000.000,00) pela possibilidade de ocorrência de pagamento antecipado sem que vem ser cumprido a entrega do produto adquirido;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.



#### Problema:

O baixo índice de vacinação no âmbito do estado de Rondônia.



#### Objetivo:

Identificar as principais causas dos baixos índices de vacinação nos municípios do Estado de Rondônia.



#### Itens de Verificação:

- Diagnóstico da evolução dos casos da covid-19;
- Comparar o atual estágio da pandemia em âmbito: nacional; regional e entre os municípios;
- Identificar as principais causas dos baixos índices de vacinação a partir de informações coletadas junto a gestões municipais.



#### Benefícios Esperados:

- Apresentar diagnóstico ao ente estadual responsável pela operacionalização do plano de imunizações em âmbito estadual;
- Propor ações corretivas e auxiliar na definição de estratégia visando a evolução do ritmo de vacinação;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.



#### Problema:

Identificar os municípios que apresentaram baixa eficácia dos índices de vacinação dentre os municípios do Estado de Rondônia.



#### Objetivo:

Avaliar o conjunto de municípios e identificar aqueles os quais apresentam, nesse momento, baixa eficácia nos índices de vacinação implicando num aparente estoque de vacinas não aplicadas.



#### Itens de Verificação:

- Diagnóstico dos municípios em relação a evolução dos casos da covid-19;
- Identificar a criticidade dos indicadores de vacinação;
- Avaliar o processo de registro de aplicação de vacinas no **SIPNI** - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações.



#### Benefícios Esperados:

- Propor ações corretivas e auxiliar na definição de estratégia visando a evolução do ritmo de vacinação;
- Melhoria da prestação de serviços de saúde;
- Ampliação dos serviços prestados.



## Educação



### Problema:

Necessidade de avaliar as ações propostas para cumprimento do Plano Nacional de Educação, referente às metas 1 e 3.



### Objetivo:

Avaliação da adequada e regular aplicação dos recursos públicos visando ampliar a asseguarção das contas de governo municipais.



### Itens de Verificação:

- Análise das ações empreendidas pelo município visando o cumprimento das metas 1 e 3;
- Avaliar em que medida estão sendo executadas as ações propostas pelo município;



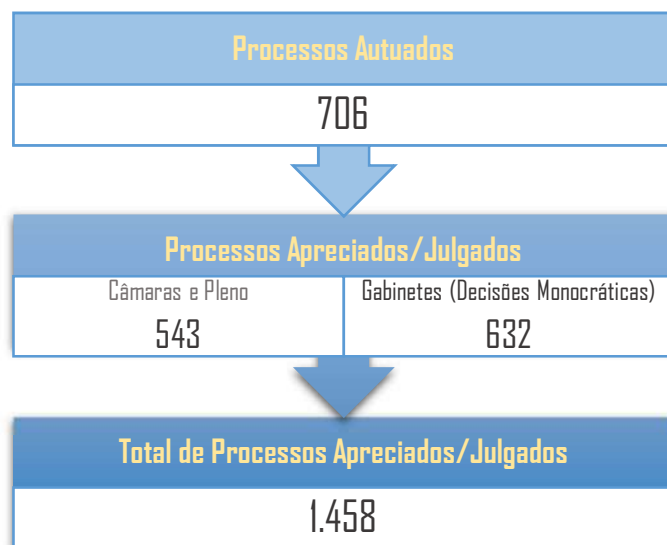
### Benefícios Esperados:

- Melhoria da prestação de serviços em educação;
- Cumprimento de determinações do TCE-RO.

### 3.1.4 Processos e Decisões

Os processos recebidos no Tribunal de Contas são autuados e distribuídos aos relatores, conforme sorteio ou especificidade do processo. Após tramitação e análise, os processos são apreciados/julgados, por decisão colegiada ou por meio de decisões monocráticas.

No período foram autuados 706 novos processos e foram apreciados/julgados 1.458 processos, sendo 543 pelas Câmaras e Pleno e 632 monocraticamente pelos Relatores.

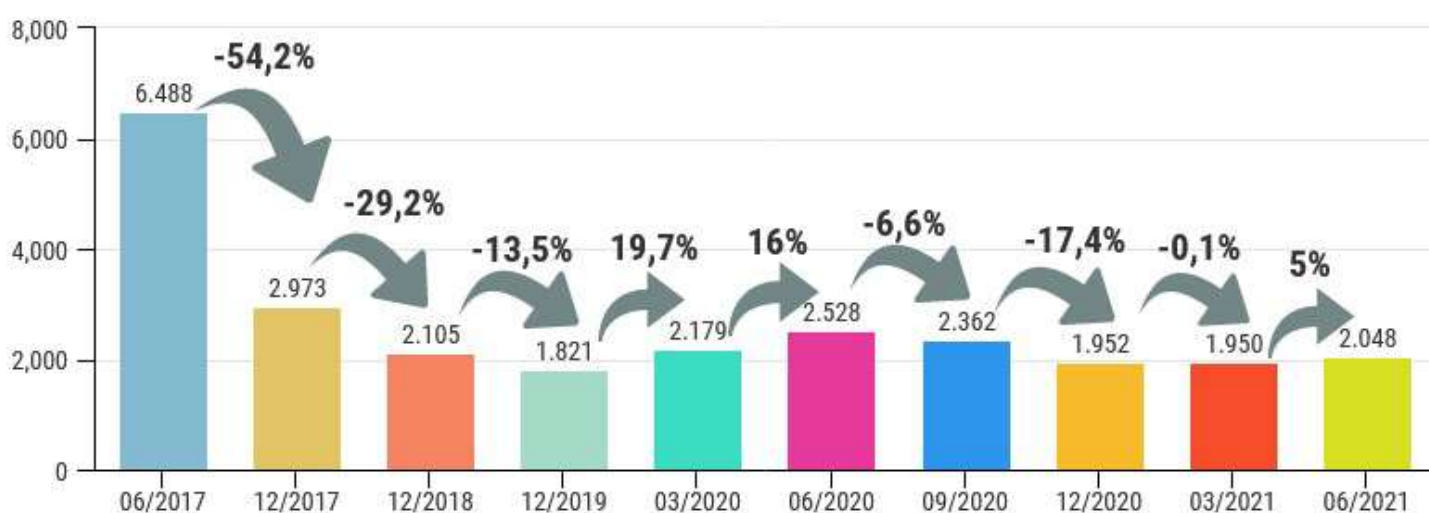


### 3.1.5 Evolução Histórica do Estoque de Processos

Fonte: Departamento de Gestão da Documentação (DGD/SGAP/TCE-RO), Secretaria de Processamento e Julgamento (SPI/TCE-RO) e PCe.

De 2017 a 2019 o Tribunal de Contas, por força das estratégias adotadas, reduziu o estoque de processos. No primeiro semestre de 2020, entretanto, em razão da grande entrada de processos de atos de pessoal, houve um aumento de processos no Tribunal, sendo que a partir do segundo semestre o estoque voltou a ter redução processual. No 2º trimestre deste exercício houve um novo aumento de estoque processual, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

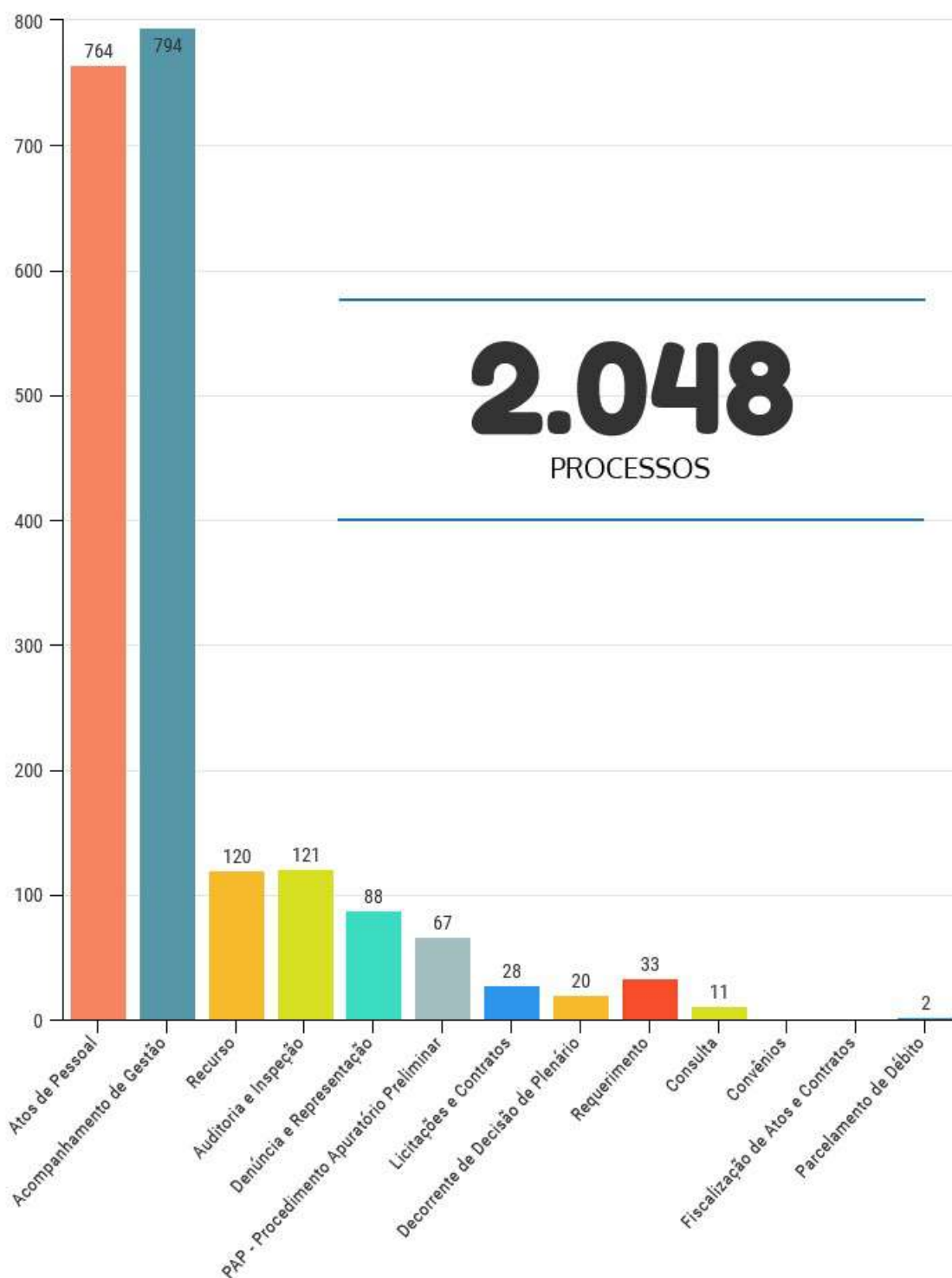
Histórico do estoque processual  
Período: 2017-2021



Fonte: PCeBI

### 3.1.6 Processos – Quantidade por Categoria

Dos 2.048 processos registrados no Tribunal no 2º Trimestre, 764 são de análise de “Ato de Pessoal” e 794 são de “acompanhamento de gestão”. Os outros processos se dividem entre os outros diversos tipos de fiscalização realizados pelo Tribunal, dentre as quais as auditorias.

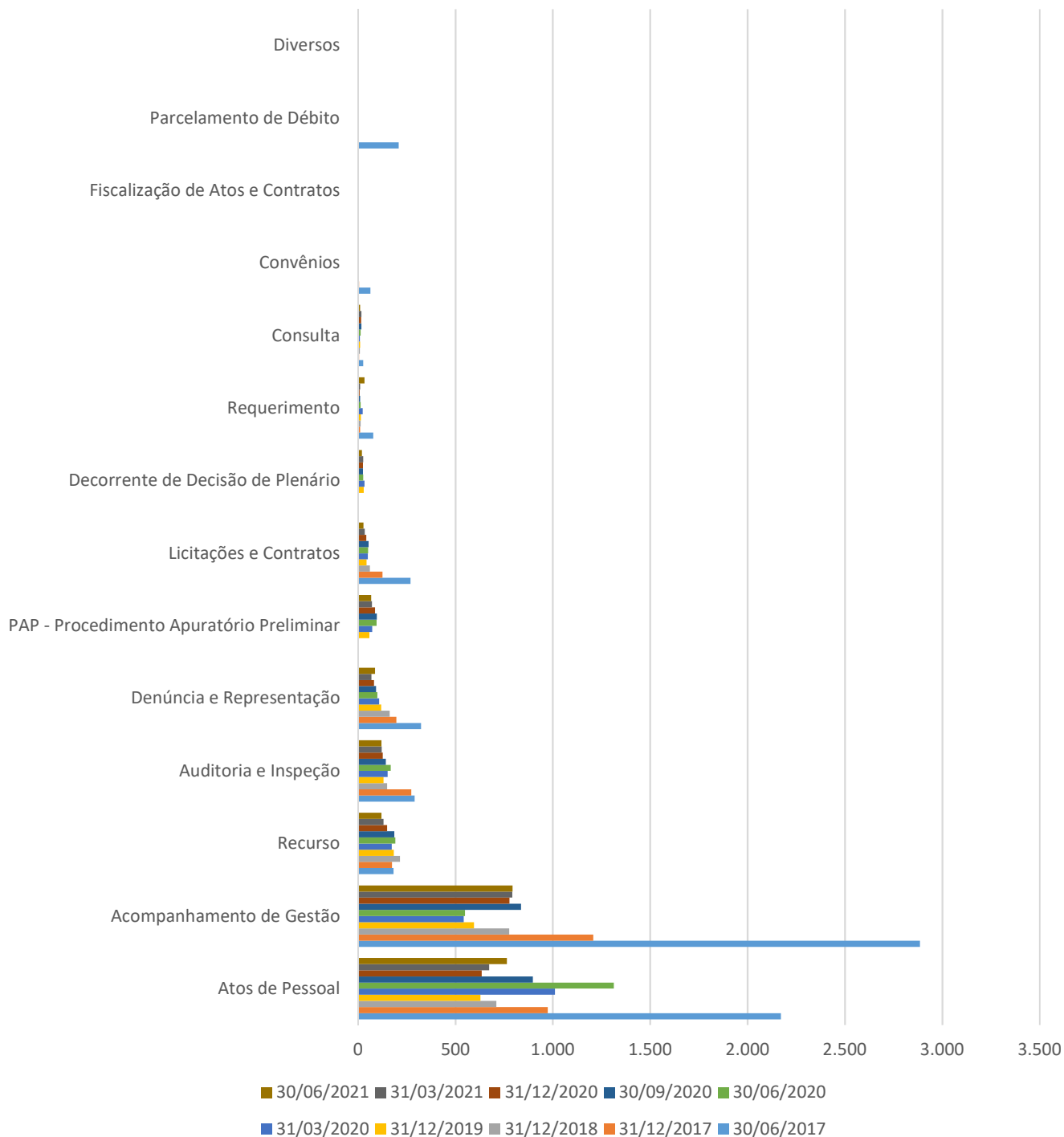


Fonte: PCeBl

### 3.1.7 Processos – Histograma 2017 a 2021

No período, em relação aos trimestres anteriores, manteve-se um considerável aumento de processos nas categorias já mencionadas, de “ato de pessoal” e de “acompanhamento de gestão”.

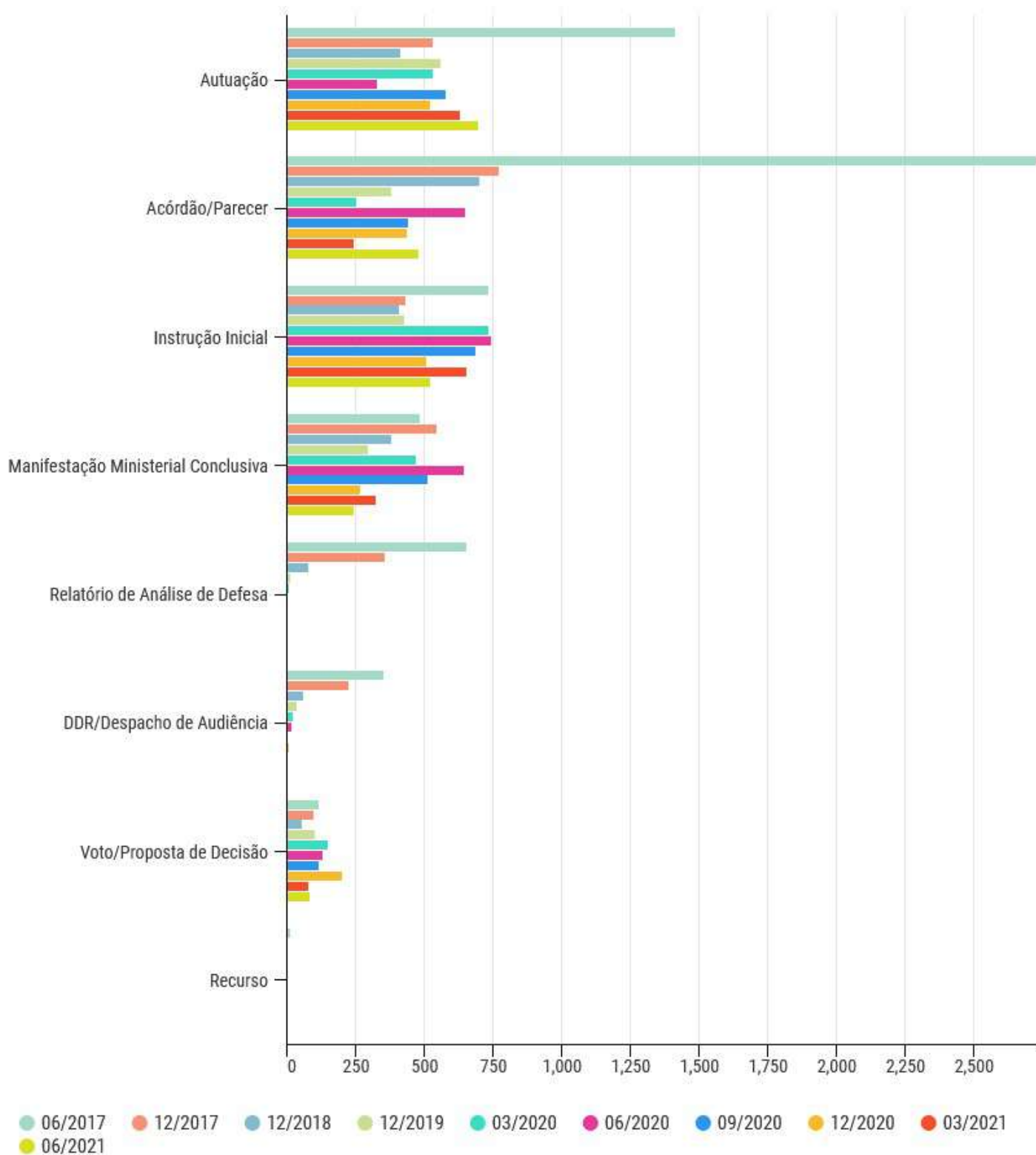
#### Processos Principais - CATEGORIAS



Fonte: PCeBI

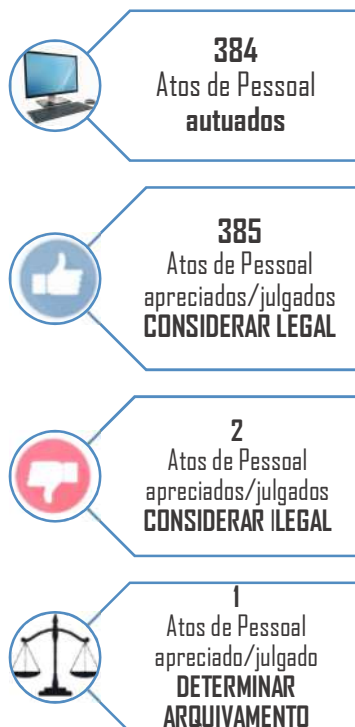
### 3.1.8 Processos – Estágio

Do total de processos, 526 estão na fase de Instrução Inicial, tendo um grande volume também nas fases de Acórdão/Parecer (481) e de Manifestação Ministerial Conclusiva (245).



Fonte: PCeBI

### 3.1.9 Atos de Pessoal



O TCE-RO aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No 1º trimestre **foram apreciados/julgados 388 processos** de Atos de Pessoal. O quantitativo das despesas irregulares, referentes a atos de pessoal, prevenidas por medidas adotadas monocraticamente pelos Relatores, encontra-se na matriz ao lado.

### 3.1.10 Quantidade de Decisões Colegiadas

Conforme capitulado no Regimento Interno do Tribunal, as deliberações do Plenário e, no que couber, das Câmaras, poderão ter a forma de Instrução Normativa, Resolução, Decisão Normativa, Parecer Prévio, Acórdão ou Decisão.

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

<b>Instruções Normativas</b> são deliberações que tratam de disciplinamento de matéria que envolva pessoa física, Órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.	<b>Resoluções</b> tratam de atos como aprovação do Regimento Interno, definidor da estrutura, atribuições e funcionamento do Tribunal de Contas, de suas unidades técnicas e demais serviços auxiliares ou, ainda, outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma.	<b>Pareceres Prévios</b> são atos resultantes de apreciação de processos que versam sobre Consultas formuladas pelos Órgãos jurisdicionados e Contas Anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais, na forma do artigo 173, IV, "a" e "b" do Regimento Interno.
<b>Acórdãos</b> são resultantes de julgamento do mérito de contas dos ordenadores de despesas dos Órgãos jurisdicionados ao Tribunal de Contas, as quais são julgadas <b>regulares</b> , <b>regulares com ressalvas</b> ou <b>irregulares</b> , bem como de recursos quando ocorre o provimento, imputação de débito, julgamento de denúncia e, ainda, a quitação de débito, na forma do artigo 173, V, do Regimento Interno.	<b>Decisões Normativas</b> são atos resultantes de apreciação de atos de admissão, reserva remunerada, pensão, aposentadoria, recursos que não foram conhecidos ou que foram negados provimento, pedidos de parcelamento, determinação de cobrança judicial e outros atos análogos, na forma do artigo 173, VI do Regimento Interno.	

Diante do número de deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas, segue o quantitativo ocorrido no período, por colegiado:

Quantitativo de deliberações proferidas por colegiado  
Período: 2º Trimestre de 2021



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

### 3.2 CONTAS PÚBLICAS MONITORADAS

O Tribunal de Contas monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente.

No período, o TCE-RO apreciou e julgou de forma definitiva 27 processos de prestação de contas e tomada de contas, conforme verificado a seguir:

Julgamento Definitivo de Contas  
Período: 2º Trimestre de 2021

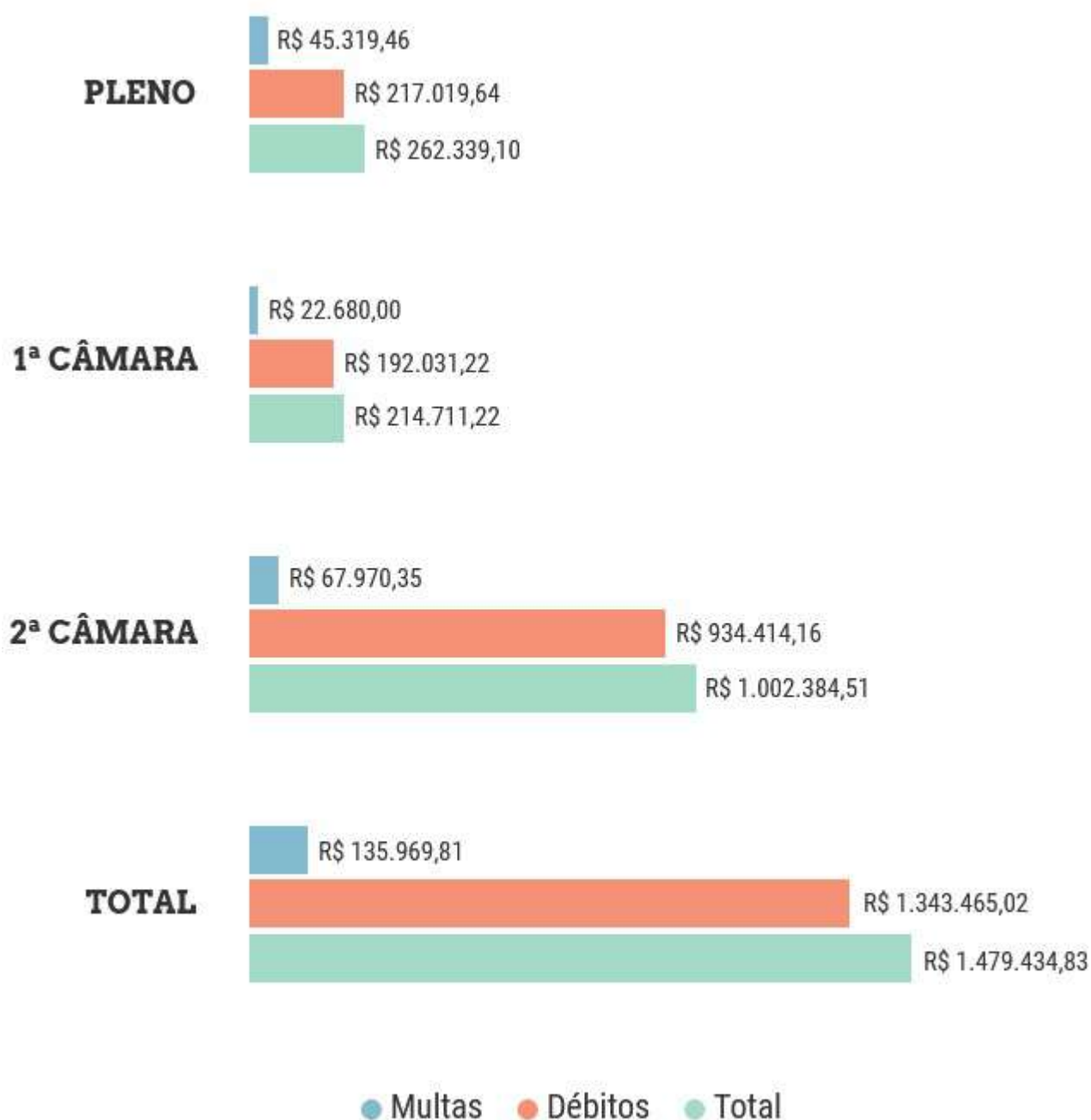


Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).



### 3.3 AGENTES/ENTIDADES RESPONSABILIZADOS

As fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas podem redundar em responsabilização de agentes públicos e privados que gerenciem recursos públicos de forma indevida. Isso significa dizer, na prática, que um dos efeitos da atuação do Tribunal de Contas é o ressarcimento ou recomposição do patrimônio público e a condenação ao pagamento de multa.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento

### 3.3.1 Atuação Judicial (PGE/TCE-RO)

A Procuradoria-Geral do Estado junto ao TCE-RO atua judicialmente para a cobrança da Dívida Ativa e de forma tática e estratégica na defesa dos interesses do TCE-RO e MPC/TCE-RO (valores exigidos judicialmente, quantitativo de manifestações judiciais; efetividade da constrição de bens). As ações realizadas no trimestre estão evidenciadas a seguir:



28 ações ajuizadas



38 Certidões de Dívida Ativa exigidas



Valor total exigido:  
R\$ 132.276.310,49

#### Adimplência

Conversão em ativos negociados

(parcelamentos, reparcelamentos e pagamentos integrais)

**R\$ 767.747,12**

### 3.4 TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL

As informações/resultados obtidos pelo TCE-RO para fomento à transparência visando o controle social estão a seguir.

#### 2.4.1 Ouvidoria do TCE-RO

O papel da ouvidoria, em sua essência, é fomentar o controle social. Nesse sentido, a Ouvidoria do TCE-RO tem como atribuição a integração entre a Administração Pública e o cidadão, recebendo, dentre outras manifestações, comunicados de irregularidades referentes à aplicação e gestão de recursos públicos.

Desde fevereiro de 2018, os sistemas destinados ao recebimento de demandas de ouvidoria e pedidos de informações formulados com base na lei 12.527/2011 encontram-se integrados em um mesmo sistema denominado **SICOUV**.

#### Canais de acesso à Ouvidoria do TCE-RO

Portal da Ouvidoria

no site do TCE-RO

[www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)

0800-645-8750

(whatsapp)

*e-mail*

[ouvidoria@tce.ro.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.ro.gov.br)

telefones

69.3609-  
6260/6261/6262  
/6263/6264

via **correios** (carta) e **atendimento presencial** no Gabinete da Ouvidoria (suspensão em razão da pandemia do COVID-19)

No período em apreço foram registradas 181 manifestações no SICOUV, sendo **174** demandas de ouvidoria e **7** pedidos de informação fundamentados na Lei n. 12.527/11.

Ao final do trimestre, das 174 demandas de ouvidoria, **100% (174) foram atendidas**, conforme exposto na Tabela a seguir, que também discrimina o total de manifestações recebidas no período, por natureza.

Manifestações recebidas, atendidas, encerradas e em atendimento  
Período: 2º Trimestre de 2021

Natureza	Quantidade Recebida	Percentual (%)	Atendidas	Encerradas	Em atendimento
Comunicado de Irregularidade	54	31,03%	174	-	-
Denúncia	3	1,72%			
Elogio	1	0,58%			
Pedido de Informações	79	45,4%			
Reclamação	33	18,97%			
Sugestão	-	-			
Representação	3	1,72%			
Outros*	-	0,58%			
TOTAL	174	100%	174	-	-

Fonte: Ouvidoria de Contas.

\*Manifestações cuja matéria não for de competência do TCE-RO.

Os Pedidos de Informações, definidos como manifestações em que os manifestantes buscam esclarecimentos quanto a assuntos correlatos à missão do Tribunal de Contas ou pertinentes aos jurisdicionados, constituem o grupo de demandas mais frequentes no trimestre em destaque, com 45,4% (79) do total de demandas. Em segundo lugar, ficaram os Comunicados de Irregularidade, que configuram manifestações mediante as quais se apontam descumprimento de normas, preceitos legais e princípios éticos, com 31,03% (54).

Os dados dos pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2012) recebidos no 2º trimestre de 2021, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que podem ser realizados pelo Sistema de Acesso à Informação (*site* TCE-RO), e-mail (*i.sic@tce.ro.gov.br*) e Protocolo, seguem detalhados:

Solicitações recebidas via SIC, atendidas, indeferidas e em atendimento.  
Período: 2º Trimestre de 2021

Resposta por Seguimento		Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Forma de Recebimento		Em atendimento
					Protocolo	SICOUV-SIC	
GOUV	71,43%	7	7	-	-	7	-
OUTROS	28,57%						

Fonte: Ouvidoria de Contas

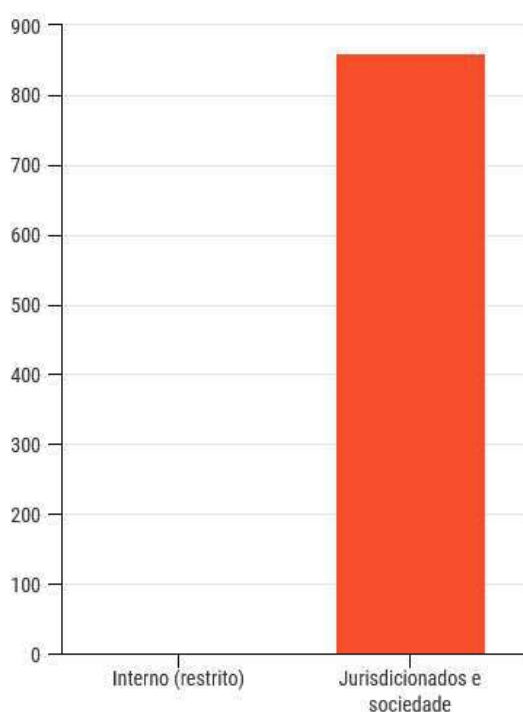
### 3.5 AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS

O Tribunal de Contas persiste na direção de atingir um desempenho cada vez melhor no que tange às ações voltadas para a capacitação do capital humano, com destaque no constante desenvolvimento profissional.

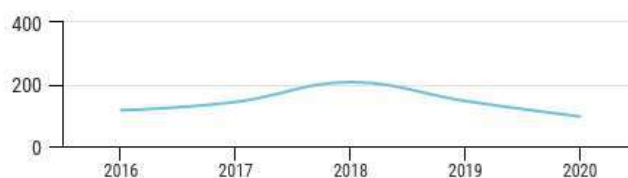
Nesse sentido, adaptando-se aos efeitos produzidos pela pandemia, a Escola Superior de Contas do TCE-RO promoveu atividades via *web*, para servidores de Órgãos e entidades jurisdicionados, as quais estão informadas a seguir.

Capacitação dos públicos interno, externo/jurisdicionados e sociedade

Período: 2º Trimestre de 2021



Público-alvo  
Oportunidades de capacitação aproveitadas, divididas por público  
Interno - servidores do TCE-RO  
Externo - servidores jurisdicionados e sociedade



Eventos de Capacitação, por exercício

Fonte: Escola Superior de Contas

### 3.6 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas é instituição essencial ao exercício do controle externo, atuando como Órgão da lei e fiscal de sua execução, com funções opinativas e de defesa da ordem jurídica, visando à observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aos quais se submete a Administração Pública.

A instituição funciona no mesmo prédio do Tribunal de Contas, mas tem independência funcional e regras próprias estabelecidas em Lei e Regimento Interno. O Ministério Público de Contas tem assento nas sessões do Tribunal de Contas e se manifesta, por escrito ou verbalmente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCE-RO.

Pareceres, Cotas e Despachos emitidos  
Período: 2º Trimestre de 2021

Deliberações	Abril	Maio	Junho	Total
<b>Pareceres escritos</b>	102	87	98	287
<b>Pareceres verbais</b>	1	41	6	48
<b>Cotas</b>	5	1	20	26
<b>Despachos de tramitação</b>	13	15	8	36
<b>Despachos de impulsionamento</b>	-	1	-	1
<b>Ciências de intimação</b>	352	333	219	904
TOTAL				

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas (MP/TCE-RO).

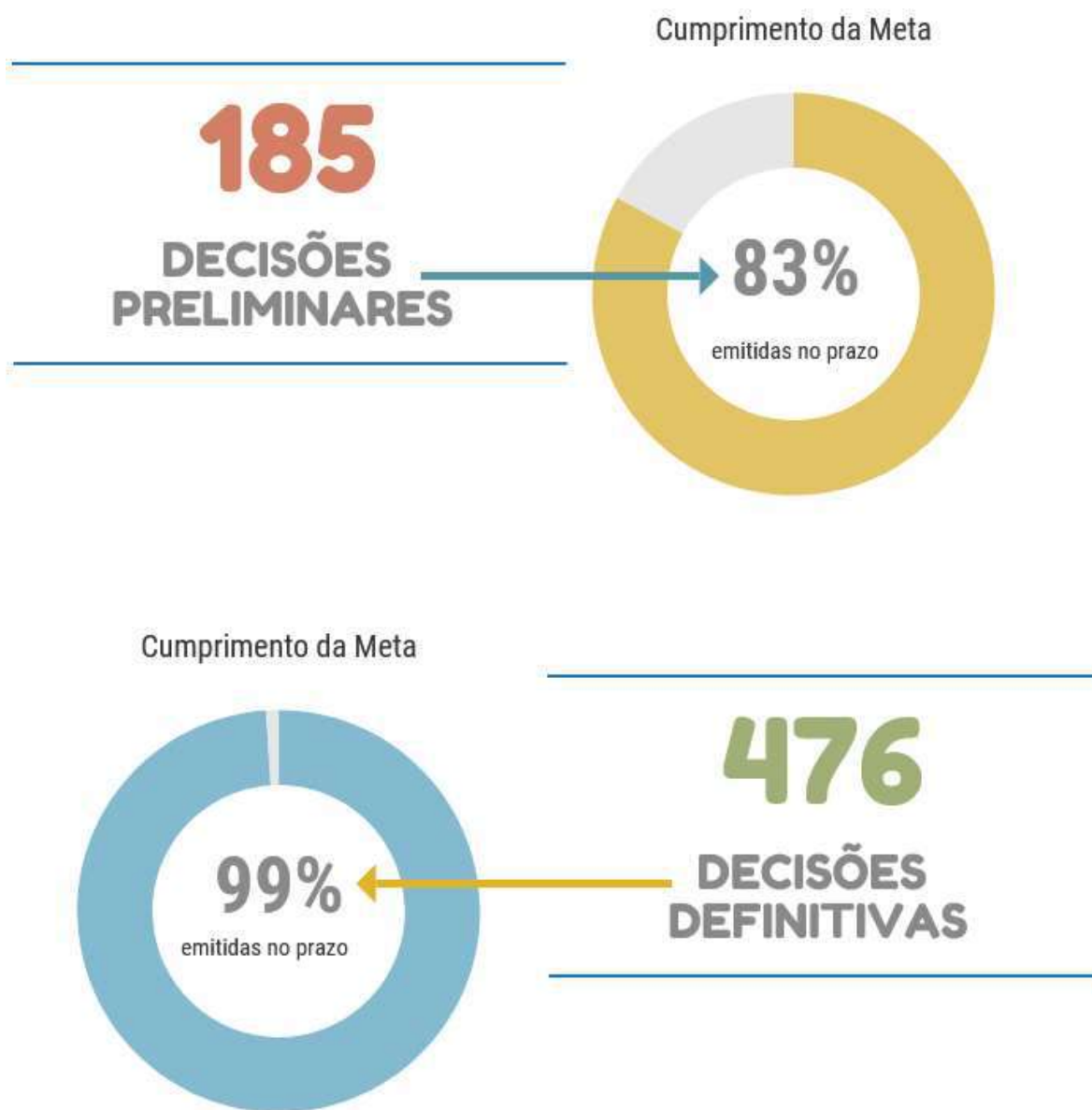
Para maiores informações sobre as atividades executadas pelo MPC no período, deve ser realizado o acesso ao relatório de atividades do Ministério Público de Contas, disponível no [portal do MPC-RO](#).

## 4 – GOVERNANÇA E GESTÃO

As diretrizes traçadas para o exercício de 2021 têm direcionado os atos de gestão do TCE-RO, possibilitando dar continuidade aos avanços obtidos ao longo dos últimos anos e, desta forma, realizar as atividades administrativas de formar a apoiar a consecução da estratégia organizacional.

### 4.1 DESEMPENHO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS

Desempenho dos Gabinetes de Conselheiros  
Período: 2º Trimestre de 2021



Fonte: PowerBI

## 4.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas promove a divulgação institucional de suas atividades utilizando-se de diversos meios de comunicação (nesse período, especialmente online, em razão da pandemia), elencados na sequência, visando facilitar o acesso a todos os cidadãos.

- Portal do TCE-RO - <http://www.tce.ro.gov.br>;
- Portal de Acesso à Informação;
- Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCE-RO;
- Diário Oficial Eletrônico;
- Redes Sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube; e
- Releases enviados aos jornais eletrônicos da capital e interior.

Na área de comunicação social, manteve-se a cobertura e suporte às sessões do Pleno e das Câmaras, bem como de eventos – primordialmente os realizados de forma eletrônica pelo Tribunal –, os quais serviram para alimentar o portal e a intranet do TCE, bem como as redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube, além de serem encaminhados às mídias impressa e eletrônica.

## 4.3 INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO

Diante do contexto de restrições em que se encontra a sociedade mundial, decorrente da atual situação pandêmica, as organizações têm adotado medidas que visam combater o contágio e contribuir com a segurança de seus colaboradores. Assim, no intuito de atenuar o impacto da pandemia, uma das principais estratégias adotadas por algumas organizações foi a adoção do teletrabalho, com vistas na redução do contágio entre os servidores.

Sendo assim, o TCE-RO, assim como a maioria das instituições públicas, adotou medidas para garantir que os recursos tecnológicos estejam disponíveis para todos seus membros, servidores e colaboradores, procurando agir de forma a mitigar os riscos relacionados à falta de infraestrutura tecnológica para subsidiar as atividades desenvolvidas pela Corte de Contas.

Desta forma, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) continua empenhada em desenvolver projetos que permitam garantir uma estrutura tecnológica ativa e adequada às necessidades institucionais do TCE-RO, tentando superar os obstáculos que hoje vão além, considerando o contexto social ainda em vivência.

Destarte, durante o 2º trimestre deste exercício, ações foram realizadas em prol da renovação e gestão do parque tecnológico do TCE-RO, mediante aquisições e manutenção de softwares e equipamentos, visando o apoio a todas as atividades desenvolvidas através de recursos tecnológicos.

Na tabela a seguir, destacam-se alguns dos projetos que possuem maior relevância e impacto institucional nas programáticas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gestão dos recursos de TIC e desenvolvimento de software (01.126.1264.2973) e Gestão dos ativos de TIC (01.126.1264.1221)				
Projeto	Descrição	Status	Total empenhado	Total Executado
Ateliê de Software	Visa à prestação de serviços terceirizados para o desenvolvimento de softwares e serviços correlatos.	Em execução	R\$ 1.650.000,00	R\$ 937.859,85
Links de Comunicação e Serviços de Telefonia	Objetiva a continuidade do serviço de internet, que é serviço essencial para o funcionamento da infraestrutura tecnológica desta Corte de Contas.	Em execução	R\$ 278.271,08	R\$ 139.106,20
Serviços de Acesso a Dados da Receita Federal Via Sistemas do SERPRO (HOD e Infoconv)	Visa permitir o acesso a dados de Servidores Municipais, Credores Municipais, Credores do Estado e Servidores do Estado para posterior cruzamento com dados contidos em sistemas como: SIGAP, Portal Cidadão e demais ferramentas disponibilizadas pelo TCE-RO.	Em execução	R\$ 30.000,00	R\$ 14.591,18
Manutenção do Sistema e-Cidade	Visa assegurar o pronto atendimento as demandas do usuário quanto à operacionalização do sistema.	Em execução	R\$ 260.000,04	R\$ 151.666,69
Software Siedos	Visa à automação de processos e a centralização de controles para a área de gestão de pessoas.	Em execução	R\$ 1.166.211,40	R\$ 122.759,10
Aquisição de Notebooks	Visa atender a demanda gerada pelas unidades deste Tribunal, de forma que respectivos bens sejam utilizados para a execução eficiente das atividades desta Corte de Contas.	Objeto adquirido	R\$ 411.000,00	R\$ 411.000,00
Aquisição de <i>No-breaks</i>	Visa atender a demanda gerada pelas unidades deste Tribunal, de forma que respectivos bens sejam utilizados para a execução eficiente das atividades desta Corte de Contas.	Aguardando entrega dos objetos	R\$ 141.000,00	-

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/TCE-RO.

Além das contratações apresentadas, alguns outros objetos de grande impacto orçamentário, também sustentados pela atividade Gestão dos recursos de TIC e desenvolvimento de software (01.126.1264.2973) ainda estão em andamento como renovações de licenças de softwares diversos, renovação de suporte do software SICAP WEB, contratação de serviço de extração de dados de CPF e CNPJ, entre outros, totalizando aproximadamente R\$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais), com previsão de formalização para os próximos meses.

Por meio da citada atividade, até o presente momento **executou-se o montante de R\$ 1.239.153,14 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil cento e cinquenta e três reais e quatorze centavos)**, mediante pagamento de despesas contratuais. Os valores empenhados a pagar da programática totalizam R\$ 1.569.110,82 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil cento e dez reais e oitenta e dois centavos), a serem executados até o fim do presente exercício.

Quanto aos demais objetos e software a serem adquiridos por meio do projeto Gestão dos ativos de TIC (01.126.1264.1221), encontra-se em andamento a aquisição de novas licenças do software Windows Server *DTCenter* para os novos *cores*, a aquisição do novo *Plugin* da *Atlassian* - Big Picture, a aquisição de discos *SSDs* (licitados) e monitores (elaborado edital de licitação), com o objetivo de ampliar e manter a infraestrutura tecnológica do TCE-RO, totalizando, aproximadamente, R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

Nessa atividade programática, executou-se, até o presente momento, o montante de R\$ 533.759,10 (quinhentos e trinta e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), mediante pagamento de despesas contratuais. Os valores empenhados a pagar da programática totalizam R\$ 754.795,46 (setecentos e cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), a serem executados até o fim do presente exercício.



#### 4.4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A gestão das atividades administrativas é constituída por Gestão de Pessoas, Gestão Contábil e Financeira, de Serviços Gerais (manutenção e transportes), Patrimonial e Compras, de Licitações e Contratos e de Documentação, Protocolo e Arquivista, e têm por escopo contribuir com as atividades do Controle Externo no apoio ao exercício de suas competências constitucionais e legais, bem como ao atendimento das perspectivas do Planejamento Estratégico do TCE-RO.

##### 4.4.1 Gestão de Pessoas

A Tabela a seguir mostra o quantitativo referente à força de trabalho do TCE-RO no período considerado, incluindo estagiários e bolsistas.

Demonstrativo da força de trabalho do TCE-RO  
Período: 2º Trimestre de 2021

	Regime	Existentes até 30/6/2021
Efetivo		264
Comissionado		125
À disposição do TCE-RO – Estadual e Municipal		53
<b>Subtotal</b>		<b>442</b>
Estagiários de nível superior – Pós-Graduação		2
Estagiários de nível superior - Graduação		52
Estagiários de nível médio		-
<b>Subtotal</b>		<b>54</b>
<b>Bolsistas</b>		<b>3</b>
<b>Total da Força de Trabalho</b>		<b>496</b>
Servidores cedidos a outros Órgãos		2
<b>Admissões</b>		
Efetivo		2
Comissionado		8
Cedidos com ônus para o TCE-RO		1
Cedidos sem ônus para o TCE-RO		-
<b>Exonerações</b>		
Efetivo		-
Comissionado		5
Aposentadorias		2
Cessão de cedências/Retorno de efetivos ao TCE-RO		-

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP/SGA/TCE-RO.

#### 4.4.2 Recursos Orçamentários e Financeiros

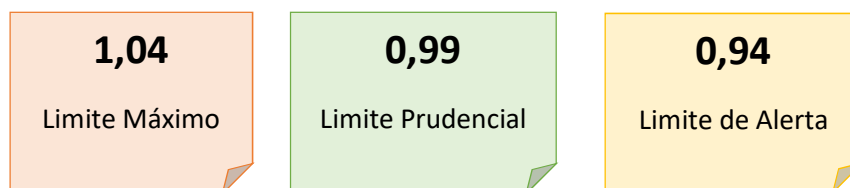
As movimentações dos recursos orçamentários e financeiros do TCE-RO estão discriminadas a seguir.

Dotação orçamentária e distribuição dos dispêndios, por categoria econômica  
Período: 2º Trimestre de 2021

Descrição	Orçamento Atualizado	Empenhado	Liquidado
Pessoal e Encargos Sociais	107.199.722,00	50.336.250,30	49.954.383,72
Outras Despesas Correntes	48.190.592,00	24.498.769,96	12.032.582,61
Despesas de Capital	12.880.000,00	11.746.910,45	6.124.594,41
<b>Total</b>	<b>168.270.314,00</b>	<b>86.581.930,71</b>	<b>68.111.560,74</b>

Fonte: Seplan e Defin/SGA

O acompanhamento das despesas com pessoal ao longo dos 3 últimos quadrimestres indica que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cumpre os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Gastos com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal  
Nos últimos 3 Quadrimestres



Fonte: Departamento de Finanças – DEFIN/SGA/TCE-RO.